

O CATOLICISMO DENTRO DO CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E INTELLECTUAL DO BRASIL REPUBLICANO: O PERÍODO DA REPÚBLICA DA ESPADA

Liliane Andréia Splendor (Mestrado em História – UEM)
Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias (Orientador)
lilispl@gmail.com

RESUMO

A mudança de regime político ocorrida no Brasil em novembro de 1889 provocou uma série de transformações em todas as áreas, algumas radicais e outras mais brandas. Uma dessas alterações, decorrentes da decretada separação entre o Estado e a Igreja Católica, foi a retirada do catolicismo do seu posto de religião oficial do país. No entanto, não é difícil verificar que a mesma continuou exercendo significativa influência durante o primeiro quinquênio do regime republicano, não só política, mas também social e intelectualmente. Apoiando-se sobre leituras de diversos autores, este artigo procura apontar a influência da Igreja Católica no desenvolvimento inicial do republicanismo brasileiro, expondo suas estratégias de atuação, demonstrando que ela utiliza a consciência popular para atingir os seus fins, para intervir em áreas que supostamente deveriam ser de domínio único e exclusivo do Estado a partir de então, e principalmente mostrar a influência de uma religião sobre o processo de desenvolvimento de uma nação.

Palavras-chave: Igreja Católica. Estado. Catolicismo.

INTRODUÇÃO

Tomando como objeto de estudo um importante documento da Igreja Católica brasileira, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, publicada no ano de 1890, e apoiando-se sobre obras escritas por vários autores que levam a refletir sobre os mais diversos aspectos que permeiam o tema central, este artigo procura evidenciar como a Igreja Católica, enquanto instituição há muito solidificada no Brasil, posicionou-se e atuou imediatamente após a Proclamação da República e durante a denominada República da Espada.

Em outras palavras, visando o aprofundamento de conhecimentos a respeito da presença da Igreja Católica no Brasil, buscou-se, através da análise e comparação desses diversos textos, compreender a relação existente entre ela e o Estado antes, durante e logo após a Proclamação da República, em 1889.

Fez-se a opção de analisar o posicionamento e a atuação da Igreja Católica neste período para que seja possível, além de rebater o suposto sucesso na implantação do laicismo na sociedade brasileira, atingir mais um dos objetivos de uma pesquisa ainda em andamento, que é o de mostrar a influência de uma religião sobre o processo de desenvolvimento de uma nação.

A princípio, sabe-se que o republicanismo no Brasil foi concebido principalmente pelos expoentes da doutrina liberal, mas o mesmo também acabou por



sofrer alguma influência do Positivismo de Augusto Comte e das variantes dessa linha, desenvolvidas por alguns indivíduos que haviam sido discípulos dele, como Pierre Laffitte, por exemplo.

Os responsáveis pela elaboração do esboço inicial e posteriormente do documento oficial que viria a servir de símbolo da separação jurídica e irreversível entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, assim como os demais adeptos do regime republicano, acreditavam que esta era a grande responsável pela situação de “atraso” material, ideológico e científico do país. Com a desoneração do Estado em relação à Igreja, a laicização foi recebida de “braços abertos” pelo Governo Provisório.

A sociologia de Comte, na tentativa de suplantar, de certa forma, o ideário liberal, ambicionava uma reforma intelectual e social capaz de formular uma religião da humanidade em substituição ao Deus cristão. Entre os positivistas circulava a crença de que o Catolicismo havia surgido para suprir a necessidade imediata de uma disciplina completa. Baseados nessa concepção de que a sabedoria neutralizava os vícios, procuravam criar uma religião verdadeiramente universal.

O Brasil acabou então por tornar-se solo fértil para as ideias dessas duas doutrinas, uma vez que acabara de entrar em uma fase de transição ideológica e necessitava de novas bases de sustentação para o seu desenvolvimento.

Mas estas mesmas ideias vieram posteriormente a oferecer novas brechas para atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira. Esta, através do catolicismo ultramontano, um movimento reacionário conservador da Igreja Católica de Roma que objetivava reestruturar a sociedade brasileira em seu conjunto de áreas e de acordo com seus preceitos, estabeleceu as bases e colocou em prática sua política de reação diante do extremo racionalismo que estava sendo disseminado pelo regime republicano. Através de suas particularidades ele vai combatendo os espíritos exaltados e devolvendo à sociedade brasileira o que foi apenas aparentemente retirado dela: sua aura teológica.

Conforme dito anteriormente, um significativo documento da Igreja Católica brasileira é utilizado como fonte primária desta pesquisa em andamento, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. Este foi escrito e publicado no ano de 1890, entre a publicação do Decreto nº 119-A e a promulgação da Constituição de 1891, e apresenta-se como um esboço fiel da reação não apenas dos bispos que se reuniram para escrevê-la, mas também de toda comunidade realmente católica frente à separação da Igreja e do Estado e às consequências que esse fato gerou na prática.

A escolha de um documento escrito e publicado por figuras importantes da hierarquia católica brasileira vem para corroborar um aspecto que será evidenciado ao longo da pesquisa: o principal meio utilizado pela Igreja Católica para reaver sua posição de influência política e social no país foi a exortação das mentes, principalmente daqueles que integravam os grupos de elite do país. Através da publicação de documentos ela procurava atingir o nível mais profundo da consciência desses indivíduos, levando-os a formar um novo tipo de pensamento ou a reforçar os antigos valores já absorvidos.



2. O CATOLICISMO DENTRO DO CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E INTELECTUAL DO BRASIL DURANTE O PERÍODO DA REPÚBLICA DA ESPADA

Ao enveredar-se pelo caminho que conduz à rememoração dos momentos que antecederam a instauração do regime republicano no Brasil, em pouco tempo percebe-se que estes se encontram profundamente marcados pelos efeitos da instabilidade política e econômica e da incapacidade do Imperador e dos grupos que lhe apoiavam de promover a reversão desse quadro.

Indisposta com o Exército, que se encontrava totalmente insatisfeito com o fato de receber cada vez menos o auxílio do Estado após o término da Guerra do Paraguai, com os grandes proprietários de terra, que após a Abolição da escravidão negra viram-se despojados de sua maior fonte de mão-de-obra, e com a Igreja Católica, que sentira-se profundamente agredida após ter sido decretada a prisão de dois dos mais importantes representantes da alta hierarquia do clero católico brasileiro durante a batalha empreendida contra a Maçonaria, a Monarquia só fazia perder sua força e aceitação entre os grupos que compunham a sociedade daquele período.

Diante desses conflitos internos, fazia-se necessário que o sistema político realizasse algumas mudanças urgentes, de modo a possibilitar a rearticulação dos grupos e a retomada de sua capacidade de governar soberanamente sobre os demais. No entanto, foram muitos os obstáculos enfrentados, o que terminou por ocasionar a prostração da família imperial e de sua base aliada.

Essa falta de interesse e de forças da Monarquia para lutar pela sua antiga posição de supremacia aliada às questões acima citadas (Questão Militar, Questão Agrária e Questão Religiosa) acabou abrindo espaço para o surgimento do interesse em substituir o então inadequado regime político por outro capaz de dar conta das necessidades atuais.

Observando o que ocorria em outros países e levando em consideração algumas histórias de sucesso trazidas na bagagem dos imigrantes europeus e norte-americanos que desembarcavam em número cada vez maior no Brasil para suprir a necessidade de mão-de-obra nas lavouras e no ainda pouco expressivo setor industrial, algumas ideologias até então pouco representativas no país passam a ganhar força entre os grupos sociais.

Inspirados pela Revolução Francesa, pelo Iluminismo e pelo federalismo norte-americano, os republicanos surgem com uma proposta inovadora para a nação brasileira: ao invés do Estado governar os indivíduos, os indivíduos governariam o Estado. Assim, tratam de se lançar na tarefa de reformar o país. E sua propaganda, apesar de fracassar inicialmente, pouco a pouco, com o agravamento da crise econômica e consequentemente da crise política, foi conquistando as mentes que iam se abrindo para novas possibilidades. Entre estes adeptos estavam os liberais e positivistas descontentes com os rumos que a nação ia tomando e que vinham nutrindo planos ambiciosos para ela.

Em 1889, após o acirramento dos conflitos internos,

muitos militares, liderados por Deodoro e Benjamin Constant, sentiam os tempos maduros para a purificação do corpo político. No começo de novembro, decidiram derrubar o Império antes do dia 20, quando o



Parlamento devia inaugurar uma sessão. Um boato de que fora ordenada a prisão de Deodoro apressou o golpe, que ocorreu no dia 15 de novembro (ELLIS et al., 2004, p. 302).

No que diz respeito ao posicionamento da Igreja Católica, esta enxergava esse processo de mudança sob a ótica da desconfiança, uma vez que ao longo de todo o período de política imperial, vinha caminhando ao lado do governo. O Estado atendia aos seus interesses (principalmente financeiros) e ela atendia aos interesses do Estado (principalmente no que diz respeito à legitimação do regime político e à manutenção da ordem pública). Mas também não se pode deixar de citar o lado negativo dessa relação de dependência, pelo fato de haver interferência direta nas decisões e comportamentos de uma parte em relação a outra.

Mas a possibilidade dessa aliança deixar de existir passou a ser uma ameaça cada vez mais forte nos anos finais da Monarquia e a partir do momento em que a República foi proclamada. Liberais, positivistas, republicanos enfim, desejavam dar vez a uma sociedade laica, ou seja, livre da aura transcendental fornecida pelo catolicismo e aberta para a manifestação dos mais diversos credos e pensamentos.

Ao proeminente liberalismo cabia a função do não-privilégio, ou seja, do alto de seu posto imperativo, era sua incumbência fornecer um lugar social para todas as manifestações religiosas e também a igualdade jurídica. Segundo Roberto Romano (através da contribuição do pensamento hegeliano), “afastar o domínio religioso e instaurar a laicidade do aparelho administrativo sintetizam o ideário republicano de maneira certa” (1979, p. 97).

Já o positivismo, além de se colocar contra a livre atuação da Igreja Católica, por também considerá-la uma ameaça, posicionou-se contra o excesso de liberdade que se planejava oferecer aos indivíduos, principalmente no que tangia à educação. Para aquele, somente a doutrina positivista, através de seu sábio cientificismo, seria capaz de dar conta das necessidades do novo Estado e dos questionamentos individuais.

Na reta final do regime imperial essas ideologias ganharam maior publicidade. Mas ao mesmo tempo a Igreja Católica tratava de colocar em prática uma política centralizadora, denominada ultramontanismo, objetivando a expansão mundial do catolicismo, através principalmente da maior disciplinarização do clero (de forma a conduzi-lo por um caminho de retidão e comprometimento e retirá-lo do estado de ignorância intelectual em que se encontrava) e da realização de missões (de modo a assistir àquelas regiões que ainda não contavam com uma presença constante de figuras religiosas em sua rotina diária).

Em busca da retomada de sua soberania, a religiosidade eclesiástica direcionou-se também para a população em geral, justamente o núcleo com menor representatividade e influência política. Aí desenvolveu pregações de maior cunho sentimental, objetivando “se fazer Povo” (1979, p. 102). Por esta atitude, foi rechaçada pelo Estado, por considerar-se que estes discursos integravam uma política antiliberal.

Além desse aspecto, também a infalibilidade do Papa, declarada e imposta através da doutrina ultramontana, configurou-se como outra ameaça ao Estado moderno (antirreligioso), pois esse modelo voltava-se “contra o laicismo no domínio da coisa pública e no pensamento” (ROMANO, 1979, p. 103). Além disso, “a comunidade eclesiástica, pelo simples fato de continuar existindo, obstava a divisão radical entre o



domínio privado, onde reina o indivíduo, e o público, onde se estabelece o espaço da cidadania” (ROMANO, 1979, p. 105).

Instaurada a República a deflagração da disputa pela consciência dos indivíduos entre um Estado coercitivo e uma Igreja persuasiva torna-se ainda mais evidente. A Igreja estava em processo de recuperação e se negava a ocupar-se somente com os que já a seguiam, o que tornou impossível uma conciliação entre o catolicismo e o liberalismo. Ficavam então mais severas as críticas da doutrina liberal à tentativa de uma dominação católica. Argumentava-se que a Igreja utilizava um poder hostil, que punha em desigualdade as instituições civis, assim ela é colocada como algo pernicioso ao regime político que deve ser vigorosamente combatido.

“Coerentes continuadores do liberalismo clássico, os propagandistas da República concordavam sobre a anulação da Igreja na cena pública e nos assuntos seculares. Buscavam garantir, acima de tudo, ao Estado, o direito exclusivo de imposição legal, (...)” (ROMANO, 1979, p. 106). A laicidade do Estado tornara-se radical diante da Igreja: esta deveria ser totalmente separada dele para que se pudesse assegurar o progresso e a segurança pública.

E é isso o que ocorre, apesar dos fortes apelos e das tentativas de negociação por parte do clero católico junto aos representantes do Governo Provisório. A separação entre a Igreja Católica e o Estado é oficialmente promulgada em 7 de janeiro de 1890, através do Decreto 119-A. Este

dava lugar a um estado não-confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de “mão-morta” ameaçadas de expropriação. Tudo isso configurava um regime liberal que tinha sido claramente condenado pelo magistério oficial da Igreja, particularmente pelo Syllabus de Pio IX (PINHEIRO et al., 2006, p. 351).

Outros decretos viriam posteriormente a impor outras sanções, tomadas pela Igreja Católica e por seus seguidores como uma terrível afronta. Estes já se faziam sentir como o prenúncio do que viria a ser instituído pela primeira constituição republicana, em 1891. Diante disso ela trata de posicionar-se a respeito da sua nova condição dentro da sociedade brasileira e de reagir contra a usurpação de sua influência pelo Estado.

Ambas atitudes foram levadas a cabo através da publicação da Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, em maio de 1890. Assim como as encíclicas papais, essa carta, gestada e trazida à luz pelo conjunto de bispos brasileiros do período, tinha o intuito de adentrar a consciência dos indivíduos e influenciar o seu modo de pensar e agir, levando-os à compreensão de que não é possível que uma nação se desenvolva e progrida de modo pleno sem o auxílio da religião, sem a ativa participação do catolicismo.

E eis que a sua separação do Estado vista por um outro ângulo também havia lhe proporcionado ganhos. Decretado o fim do padroado, a Igreja viu-se livre da interferência do Estado em seus assuntos internos, o que lhe permitiu voltar a publicar seus documentos oficiais sem sofrer nenhum tipo de censura. Aproveitou-se dessa



liberdade para exortar não só os integrantes do clero católico, mas também, e principalmente, as elites e demais classes sociais a lutarem pela reconquista do espaço de atuação da Igreja Católica. Esta continuaria se dedicando com afinco à esfera espiritual, mas também estava decidida a manter seu posto de instituição atuante e influente na esfera temporal.

Ivan A. Manoel colabora para a confirmação deste comportamento ao escrever que

(...) a hierarquia católica não limita sua ação e a de seus fiéis ao campo devocional. Bem ao contrário, a Igreja se atribui e aos seus fiéis o direito e o dever de intervirem no social e no político para garantirem que as estruturas sociais sejam transformadas em conformidade com a doutrina católica (2004, p. 20).

Dessa forma, para além de sua aparência geral, de mero documento norteador do clero e dos fiéis católicos nesta sociedade reconstruída a partir da mescla de novos e velhos princípios, de novas e velhas práticas, a carta pastoral assumiu as vezes de uma verdadeira cartilha política da Igreja Católica. Ao expor minuciosamente os problemas resultantes do divórcio litigioso entre ela e o Estado, suas linhas acabam por desnudar as incoerências e negligências que são próprias desse grande algoz do catolicismo, o republicanismo liberal-positivista, mas principalmente elas acabam por se transformar na melhor e mais eficaz estratégia de ação desse mesmo catolicismo, que ao fazer chegar a toda a população as ideias simples (mas bem elaboradas) aí contidas foi capaz de levá-la a enxergar novamente a religião como o meio mais viável e coerente de ordenação social.

Para trabalhar a consciência não só do povo mais humilde, mas subliminarmente também das elites, o Episcopado Brasileiro elege três pontos principais de reflexão, que são apontados na introdução do documento e desenvolvidos nas respectivas três partes que a seguem. São eles, segundo os próprios elaboradores:

E primeiramente, que se há de pensar dessa separação da Igreja e do Estado, que infelizmente está consumada entre nós pelo decreto do governo provisório de 7 de janeiro do corrente ano? É, porventura, em si, boa, e deve ser aceita e aplaudida por nós católicos?

Em segundo lugar, que havemos de pensar do decreto enquanto franqueia liberdade a todos os cultos?

Em terceiro lugar, enfim, que temos de fazer os católicos do Brasil em face da nova situação criada à nossa Igreja? (RODRIGUES, 1981 apud EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890).

Discorrendo sobre esses três pontos principais ao longo de todo o documento, os bispos brasileiros tratam de mostrar não só as consequências da retirada do catolicismo de seu posto de religião oficial do Estado, mas também de exortar a população brasileira a lutar contra a imposição definitiva do laicismo que seria realizada através da promulgação da Constituição de 1891.

Esta atitude de expectativa da Igreja em face da Constituição a ser elaborada explicava-se pela atuação na capital da República de um



grupo organizado de positivistas, cuja influência se julgava grande, e pela propagação difusa de suas ideias junto à intelectualidade da época. (...) Esta influência do positivismo, se bem que real, aparecia exageradamente aumentada aos olhos dos homens da Igreja, que tendiam a lhe atribuir toda sorte de manobras anticlericais. Mais profunda na realidade seria a influência de uma vertente anticlerical do neoliberalismo da época, acirrada e generalizada durante o pontificado de Pio IX por reação contra o ultramontanismo que o caracterizou e sobretudo pela polêmica em torno da “questão romana” (PINHEIRO et al., 2006, p. 352).

Alguns meses depois esse sentimento de apreensão, de desconfiança, tornar-se-ia justificado pela promulgação de alguns artigos constitucionais considerados bastante ofensivos pelo clero católico. São eles:

Sujeição dos bens da Igreja à lei de “mão-morta”, reconhecimento e obrigatoriedade do casamento civil, laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer culto religioso, proibição de se abrirem novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, inelegibilidade para o Congresso de clérigos e religiosos de qualquer confissão (PINHEIRO et al., 2006, p. 352-53).

Já em certa medida preparada internamente para receber esse golpe que objetivava enfraquecê-la ainda mais, lança mão “de uma teoria teológico-política” (PINHEIRO et al., 2006, p. 353) para organizar a sua reação, por saber que esta seria a melhor ferramenta a ser utilizada na luta pela recobrada da sua influência. Se as doutrinas liberal e positivista haviam ludibriado a muitos intelectuais da época, ela haveria de lutar de igual para igual. Através da doutrina ultramontana ela iria tratar de formar novos intelectuais e reformar os antigos. Para isso contou com a expressiva ajuda do Padre Júlio Maria, que através da materialização e difusão de seu pensamento tratou de auxiliar a Igreja Católica nessa árdua tarefa de adentrar a consciência dos indivíduos pertencentes aos diversos grupos que compunham a sociedade brasileira.

Para ele, a palavra também era uma importante aliada na luta contra a tentativa de laicização total do Estado. Assim, acabou por tornar-se um dos principais apoiadores e divulgadores da Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. Argumentava ele que neste momento tão conturbado pelo qual a sociedade brasileira estava passando

só a pregação poderá iluminar as trevas em que jazem tantos espíritos de nossas classes dirigentes, os quais, sem instrução religiosa, ignorando a doutrina católica, cujos princípios não lhes são ensinados, nutrem os mais absurdos preconceitos contra a Igreja. Esses mesmos, uma vez esclarecidos, hão de ser auxiliares do clero nas reivindicações a que a religião tem direito, em face da República, num país cuja imensa maioria é de católicos, e que não pode contemplar impassível na bandeira – o lema, nas escolas do país – a influência da seita positivista (MARIA, 1981, p. 116).



Mas, além da publicação de documentos, como a Pastoral Coletiva, e de artigos em veículos da imprensa católica, e da intensiva pregação nos locais de culto e festas católicas, também foram adotados como métodos reacionários o reavivamento das ordens e congregações religiosas (através do estabelecimento de novas unidades em vários pontos do território brasileiro e do aumento do numerário humano através da formação de novos padres e da incorporação de religiosos e religiosas vindos de outros países); a abertura de novas escolas (que atendiam também as classes mais baixas da população) e a formação de professores capacitados a ministrar o conhecimento de acordo com as diretrizes do ensino católico; a criação de grupos voltados para a realização de obras de caridade; o constante diálogo com os membros do governo republicano a fim de negociar a adoção de medidas burocráticas não radicais.

Todas essas medidas corroboraram para que os grupos sociais passassem a notar a importância da atuação da Igreja Católica em conjunto com o Estado, uma vez que este demonstrava-se falho em atender sozinho a todas as necessidades que a nova realidade sócio-política impunha. O auxílio dos funcionários e dos fiéis católicos em grande medida ajudava a desonerar o governo de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto das cargas que um sistema político supostamente voltado para o povo lhes eram impostas.

Com o passar do tempo compreendeu-se que seria muito mais profícuo para ambas as partes procurar meios de conciliação e de trabalharem juntos em prol da reconstrução da sociedade civil. Não que seus posicionamentos ideológicos tenham sido alterados, mas procurou-se negociá-los em nome do velho jogo de interesses. Assim, o governo contaria com mais um aliado na restauração da ordem e na promoção do progresso e a Igreja iria aos poucos retomando seu poder de influência sócio-política.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Apesar de ter adquirido as bases para uma definição mais concreta através do laicismo que se estabeleceu com a separação entre Igreja e Estado, historicamente, o processo de desenvolvimento do regime republicano fez-se sobre moldes cristãos. Através das particularidades da sua oscilante, mas sempre ativa participação na sociedade brasileira, a Igreja Católica foi capaz de influenciar significativamente na formação do novo cenário político do país e na vida dos seus muitos cidadãos.

Não pode-se negar que a mesma sofreu um duro golpe e sentiu-se enfraquecida ao ser retaliada pelo Estado e com a consequente perda de seus muitos privilégios, principalmente os de cunho financeiro. Mas esta separação acabou por revelar-se uma via de mão-dupla. Ao libertar-se do controle estatal, a Igreja Católica brasileira viu-se munida de uma autonomia para organizar-se internamente, o que foi, além de muito conveniente, de fundamental importância para torná-la mais coesa, unida e permitir uma recobrada gradual de sua força e influência.

Em toda a história da Igreja, as publicações realizadas pelos membros do clero católico aparecem como um dos principais meios de evangelização, de doutrinação, o que justifica o emprego de uma carta pastoral nesse momento confuso de troca de regime político. Segundo o Episcopado “é o seu primeiro poder, é o magistério, pela qual ela tem mantido a unidade da fé, a uniformidade da doutrina” (RODRIGUES, 1981 apud EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890). É a própria palavra, seja ela escrita ou



verbalizada oralmente, que comprova a importância e a supremacia católica, pois basta realizar uma pequena busca pelas fontes históricas mais antigas para tomar conhecimento da longa história de lutas do catolicismo e de como sua presença secular o coloca em vantagem diante das novas crenças que iam se desenvolvendo no Brasil. A astuta argumentação dos representantes da Igreja Católica foi a forma primeira utilizada para barrar o avanço do Protestantismo e de outras “seitas” religiosas desencadeado pela entrada de imigrantes no país. Era a admoestação de transformando em poder de persuasão.

Poder este que foi sábia e calculadamente utilizado para voltar a interferir no destino do país e para reconstruir a sua imagem de instituição indispensável ao sadio desenvolvimento da nação. Prestando assistência nos mais diversos ramos da sociedade e empenhando-se na reformulação do pensamento intelectual brasileiro, a Igreja Católica foi de tal forma penetrando outra vez no campo da política que tornou-se impossível para os governantes negar a importância da mesma durante os primeiros anos do regime republicano.

Satisfazer tanto aos seus próprios interesses quanto aos interesses do Estado colocava-se como o objetivo primordial, afinal a Igreja Católica também zelava pela saúde política e pelo bem-estar social do país. Depois dos desentendimentos e atritos iniciais entre ambos, o reconhecimento da necessidade de colaboração mútua viria a amainar esse clima de tensão política e religiosa. A compreensão por parte dos governantes de que as concessões feitas ao catolicismo resultariam em benefícios para o Estado acabou por tornar fértil o solo em que o clero e os fiéis católicos iam replantando suas ideias. De semente em semente implantada nas brechas abertas pelo poder laico, o catolicismo foi reconquistando o território das consciências e recolocando a religião como força propulsora da ordenação social já nos primeiros cinco anos do novo sistema político.

REFERÊNCIAS

ELLIS, Myrian [et al.]. **O Brasil Monárquico**, v.6: Declínio e Queda do Império. História Geral da Civilização Brasileira, t. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

EPISCOPADO BRASILEIRO. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (1890). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). **A Igreja na República**. Coleção Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 17-58.

MANOEL, Ivan A. **O Pêndulo da História**: Tempo e Eternidade no Pensamento Católico (1800-1960). Maringá: EDUEM, 2004.

MARIA, Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **O Brasil Republicano**, v. 9: Sociedade e Instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira, t. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

ROMANO, Roberto. **Brasil:** Igreja Contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.